



ACÓRDÃO Nº 873/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11474/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Airão
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Nerita de Castro Menezes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 0 261/2019-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Airão. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Novo Airão, de responsabilidade da **Sra. Nerita de Castro Menezes**, Chefe do Poder Legislativo e Ordenadora de despesas da referida municipalidade, à época, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, "b" e "c" e art. 25 da Lei n. 2.423/1996 c/c art. 11, III, "a", "2" e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Nerita de Castro Menezes**, Presidente do Poder Legislativo de Novo Airão, no valor de **R\$ 6.827,19**, (seis mil, oitocentos e vinte sete reais e dezenove centavos) que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 1º, XI, XII, XXIV e XXVI, arts. 52 e 54, inciso, III, da Lei n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308,



ACÓRDÃO Nº 873/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

V, da Resolução n. 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), em razão do conjunto de impropriedades identificadas e não sandas pela responsável cf. itens 4.16, 4.17 e 4.18, todos do Relatório Conclusivo n. 98/2016-DICAMI, e integralmente encampados pelo Relatório/Voto, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resultou injustificado dano ao erário. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa à Sra. Nerita de Castro Menezes, Vereadora-Presidente do Poder Legislativo Novo Airão, no valor de **R\$ 13.654,39**, (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, inciso, II da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução n. 04/02-TCE, pelas irregularidades Relatório Conclusivo N. 98/2016-DICAMI e Informação Conclusiva N. 27/2018 – DICAMI (fls. 244 a 257) e Parecer N. 261/2019-MP-ESB (fls. 258/267), (cf. itens n. 4.1 a 4.6; 4.7, 4.8; 4.9 a 4.15) que configuraram atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (art. 54, inciso II, da Lei estadual nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996); sem prejuízo da penalidade prevista no artigo 5º, incisos II e III e parágrafo único, da Lei federal n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, mas sem acumulação de ambas; (Redação dada pelo artigo 2º da Resolução nº 04, de 09 de novembro de 2018, DOE/TCE-AM de mesma data); Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Considerar em Alcance a Sra. Nerita de Castro Menezes, Vereadora-Presidente do Poder Legislativo Novo Airão no valor de **R\$ 4.990,00** (quatro mil, novecentos e noventa reais), que devem ser recolhidos na



ACÓRDÃO Nº 873/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

esfera Municipal para o órgão **Câmara Municipal de Novo Airão** em razão do pagamento de diárias à **Sra. Keila Regina de Oliveira Rego**, Assessora Jurídica contratada pela Câmara Municipal de Novo Airão, sem amparo legal, considerando que a mesma não faz parte do quadro de servidores efetivos ou comissionados do respectivo Poder Legislativo Municipal, cf. as seguintes notas de empenho: 089, 104, 125, 152 e 153, com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, III e IV da Resolução n. 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, ficando a DERE(X)/(DERED) autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.5. Considerar em Alcance a Sra. Nerita de Castro Menezes, Vereadora-Presidente do Poder Legislativo Novo Airão, no valor de **R\$ 62.200,00** (sessenta e dois mil e duzentos reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão **Câmara Municipal de Novo Airão**, por ter concedido diárias a diversos vereadores da municipalidade de Novo Airão, sem a devida justificativa legal ou apresentação de lastro probatório que fundamente tal ato administrativo cf. lista a seguir:

10.5.1. À Vereadora Sra. Rocicleide Andrade Brandão a quantidade de 54 (cinquenta e quatro) diárias totalizando o valor de **R\$ 13.500,00**;

10.5.2. À Vereadora Presidente da Câmara de Novo Airão Sra. Nerita de Castro Menezes a quantidade de 72 (setenta e duas) diárias, totalizando **R\$ 18.250,00**;

10.5.3. Ao Vereador Sr. Kleber Augusto Bechara de Oliveira, a quantidade de 33 (trinta e três) diárias, totalizando o valor de **R\$ 8.250,00**;

10.5.4. Ao Vereador Sr. Francisco Canide Freitas de Lima, a quantidade de 10 (dez) diárias, totalizando o valor de **R\$ 2.500,00**;

10.5.5. À Vereadora Sra. Eva Vilma Braga Brandão a quantidade de 03 (três) diárias, totalizando o valor de **R\$ 750,00**;

10.5.6. Ao Vereador Sr. Daniel Barros da Cruz, quantidade de 72 (setenta e duas) diárias, totalizando **R\$ 18.000,00**; e

10.5.7. Ao Vereador Sr. Braule de Andrade Melgueiro, a quantidade de 4 (quatro) diárias, totalizando o valor de **R\$ 1.000,00**.

Outrossim, a responsável terá que proceder à devolução do valor indicado aos cofres públicos, devidamente corrigido nos moldes do art. 304, III e IV da Resolução n. 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve



ACÓRDÃO Nº 873/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ser feito no prazo de 30 dias, ficando a DEREEX (DERED) autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.6. Recomendar à Câmara Municipal de Novo Airão que:

- 10.6.1.** Comprove à próxima comissão de inspeção a efetiva criação do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Novo Airão;
- 10.6.2.** Observe e cumpra os prazos previstos pelo art. 4º da Resolução n. 07/2002;
- 10.6.3.** Observe e cumpra o prazo transcrito no art. 2º, da Resolução n. 6/2000, c/c art. 54 e 55 da Lei Complementar n. 101/2000;
- 10.6.4.** Observe, com rigor, as prescrições da Lei Complementar n. 06/91 e Resoluções que especificam o dever de manter na sede da Câmara Municipal, toda documentação exigida pela referida legislação, a fim de propiciar uma melhor atuação e análise dos órgãos de controle;
- 10.6.5.** Observe e avalie com prudência a conveniência e a necessidade de concessão de diárias, demonstrando a legalidade e moralidade do ato por meio de documentos comprobatórios do deslocamento e dos serviços prestados em prol do interesse público;
- 10.6.6.** Atente para o correto preenchimento dos relatórios de Viagem e formalização do ato que concede diária;
- 10.6.7.** Proceda à criação de um setor de patrimônio, visando o efetivo controle dos bens que guarnecem àquele Poder; e
- 10.6.8.** Observe com rigor e cumpra as prescrições da Lei Federal de Licitações n. 8.666/1993;
- 10.6.9.** Atente-se para o fato do eventual descumprimento das recomendações aqui lançadas, caso adotadas pelo Plenário desta Corte de Contas, poderão ensejar a irregularidade de futuras prestações de contas deste Poder Legislativo nos termos do art. 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual n. 2.423/96 – LOTCE/AM.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 873/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: BADAFB2A-7F-18523F-93B9A0DC-6D30AB06